

# Estado e capital nos governos Lula e Dilma: o caso do megaempreendimento COMPERJ

Sonia Lucio Rodrigues de Lima\*  
Ariana da Silva Campos Piccoli\*\*

## Resumo

Este texto visa demonstrar que a construção do megaempreendimento Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro é ilustrativa da relação entre o poder público e o capital durante os governos de LULA e o primeiro governo de Dilma Rousseff. Essa relação assegurou às frações da burguesia o alcance de vultuosos lucros, à custa de um exponencial repasse do fundo público para financiar a acumulação e do aumento da exploração do trabalho. Todavia, as terríveis repercussões dessa relação sobre as condições de vida dos trabalhadores não foram aceitas passivamente pelos operários do COMPERJ, como demonstram as inúmeras manifestações de protesto e as greves organizadas por estes contra as imposições do patronato e a orientação da direção sindical.

**Palavras chave:** COMPERJ; governo Dilma Rousseff; governo Lula; fundo público.

## State and capital during the governments of Lula and Dilma: The case of the mega project COMPERJ

### Abstract

This paper aims to demonstrate that the construction of mega project Complex of Rio de Janeiro Petrochemical is illustrative of the relationship between the government and the capital during the LULA governments and the first government of Dilma Rousseff. This relationship assured the bourgeois fractions the scope of any significance profits at the expense of an exponential transfer of public funds to finance the accumulation and increased labor exploitation. However, the terrible consequences of this relationship on the living conditions of the workers were not accepted passively by the workers of COMPERJ, as demonstrated by the numerous protests and strikes organized by them against the impositions of the employers and the orientation of the union leadership.

**Keywords:** COMPERJ; Dilma Rousseff; Lula; public fund.

**Recebido em:** 03/06/2017  
**Aprovado em:** 01/09/2017

---

\* Doutora em pesquisa e planejamento urbano (UFRJ). Profª Adjuntado Curso de Serviço Social UFF; slucio.lucio@gmail.com

\*\* Graduada em Serviço Social; arianatofriends@gmail.com

## Introdução

Em 2006, quando o, então, Presidente Lula lançou a pedra fundamental do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) foi também lançado o "sonho do Eldorado"<sup>1</sup> no imaginário de boa parte da população moradora da região Leste Fluminense, onde está localizada a cidade de Itaboraí. No discurso proferido, a instalação do Complexo possibilitaria um grande avanço tecnológico à Petrobrás, a atração de empresas para a região e, logo, um enorme aumento de empregos para a população do leste metropolitano. Vereadores, deputados, senadores, prefeito, com o objetivo de ganhar notoriedade eleitoral<sup>2</sup>, se apresentaram como os benfeitores responsáveis pela vinda do empreendimento para a região, posto que este traria desenvolvimento econômico para todo o estado do Rio de Janeiro.

A paralisação das obras do Comperj, em 2015, transformou Itaboraí em uma “cidade fantasma”. Na cidade, que se preparou para absorver os benefícios econômicos e políticos advindos do grande empreendimento, os comerciantes que investiram capital visando alcançar lucros resultantes da superexploração dos trabalhadores, responsáveis pela instalação do Complexo, amargam as consequências da suspensão da obra. As pousadas destinadas à moradia dos trabalhadores estão vazias e seus proprietários endividados, os empreiteiros que utilizavam os serviços das pousadas, restaurantes e casas, para alojarem os trabalhadores, foram embora da cidade sem quitarem suas dívidas. Os empresários que investiram na construção de lojas e salas, não encontram compradores para repassar suas propriedades.

Todavia, a paralisação das obras do Complexo resulta em prejuízos muitíssimo mais graves para a vida dos moradores da cidade e dos trabalhadores que o construíram. Constatase esse prejuízo no aumento do índice de trabalhadores desempregados a procura de um emprego, conforme dados do SINE (Sistema Nacional de Empregos). Na profunda precarização das condições de sobrevivência dos trabalhadores demitidos pelos consórcios que não tiveram seus direitos trabalhistas pagos, no acréscimo do número de pessoas nas ruas mendigando porque não possuem condições de voltar às cidades, sobretudo do Nordeste, da quais saíram para trabalhar no COMPERJ, no aumento daqueles que, por ausência de outra alternativa de sobrevivência, foram aliciados para atuar no tráfico de drogas na região.

Soma-se à essas consequências, as repercussões da instalação e da paralisação do empreendimento sobre a destruição dos ecossistemas da região, resultante da alocação

espacial de processos poluentes, que penalizam, ainda mais, as condições de existência da população trabalhadora, historicamente, aparatada dos grandes projetos de desenvolvimento.

Ainda que militantes de movimentos sociais e alguns sindicatos denunciem esses acontecimentos e pressionem o poder público a se posicionar em favor daqueles que vem sendo terrivelmente prejudicados pela destruição ambiental e degradação de vidas humanas provocadas pela forma de instalação e operação do COMPERJ e pela paralisação da obra, o que se percebe é que o empenho da justiça dirige-se, exclusivamente, para averiguar o quanto foi usurpado da Petrobras e por quem, enquanto os trabalhadores continuam submetidos a um estado de penúria e a punição às empresas pelas péssimas condições de trabalho, falta de pagamento das rescisões e pela degradação do meio ambiente não é, efetivamente, exercida.

Neste artigo pretendemos demonstrar que a construção e suspensão da obra do COMPERJ e suas consequências para a vida dos trabalhadores e para a população moradora da região fluminense do Rio de Janeiro são expressivas da relação entre o estado e o capital durante os governos Lula e Dilma.

## **COMPERJ: uma das prioridades do BNDES**

De acordo com a interpretação de alguns autores, o Brasil adotou durante os governos de Lula (2003-2010) e do governo de Dilma Rousseff (2011-2014) um novo modelo de desenvolvimento que inaugura uma nova fase do capitalismo no país. A principal diferença entre esse período e a década precedente marcada pelo neoliberalismo, seria o novo papel conferido ao Estado na reorganização do capitalismo. A atuação do estado no sentido de reorientar a economia se realizou, principalmente, através do BNDES e dos fundos de pensão das empresas estatais (ZIBECHI, 2012). O Banco apoiou ativamente a criação de grandes conglomerados empresariais nacionais com o intuito de promover uma maior inserção dessas empresas no mercado, cada vez mais internacionalizado e altamente competitivo.

Segundo Pinassi:

o Estado procuraria recompor sua função (de “alívio”) social – através da criação de empregos (quase sempre precários e temporários), políticas de recuperação do salário mínimo e redistribuição de renda (Bolsas Família, Escola, Desemprego etc.)- enquanto a economia se renacionalizaria por meio de financiamentos do BNDES à reindustrialização pautada na substituição de importações (PINASSI, 2013)

Por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Estado jogou um papel essencial na indução do crescimento da economia do país neste período. O PAC, um dos principais programas dos governos petistas, teve sua primeira versão lançada em 2007 e a segunda em 2010. Na primeira versão do programa, ressalta Zibech, os “principais investimentos se planificaram na área de infraestrutura” (ZIBECH, 2012: 175). Dentre estes: “transmissão de energia elétrica e projetos de habitação [...] biocombustíveis, [...] construção de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias” (ZIBECH, 2012: 175). Na segunda fase do programa, dois terços dos investimentos foram direcionados à geração de energia. (ZIBECH, 2012: 176). Desses dois terços, a maior parte estava voltada para investimentos em petróleo e gás natural que como afirma o autor: “são basicamente os investimentos da Petrobras” (ZIBECH, 2012: 176). Além disso, o programa previa a construção de 54 usinas hidrelétricas. Esses projetos, em sua grande maioria, não se realizam sem a geração de impactos sociais e ambientais que afetam brutalmente minorias étnicas e os segmentos da população mais pauperizados.

O projeto de construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro foi considerado como prioridade estratégica no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para atender à demanda crescente do setor petroquímico. Trata-se do maior empreendimento individual da história da Petrobras e estava previsto para entrar em operação em 2012.<sup>3</sup>

O déficit bilionário vivenciado pelo país devido a importação de combustíveis no ano de 2009 tornou imprescindível a construção de refinarias, especialmente, para a produção de óleo diesel, nafta e gasolina, conforme afirma o relatório do 6º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em petróleo e gás:

O Brasil apresenta-se como um país autossuficiente em petróleo, contudo ainda não conseguiu atingir a autossuficiência em derivados do petróleo. Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a situação atual do nosso país no quesito importação, é de 15.936,7 mil m<sup>3</sup> por ano, sendo principalmente diesel, nafta, e gasolina de aviação. Já a exportação é de 15.161,9 mil m<sup>3</sup> por ano (- 4,86%), alavancada por óleo combustível. Visto que a nafta é uma das principais matérias-primas da indústria petroquímica, isso causa um déficit de grande importância no cenário comercial. A expectativa atual, que projeta o fim da importação de derivados leva em consideração o Plano Estratégico da Petrobras que inclui: a criação do Comperj, que deve operar em 2014; adaptar as refinarias para otimizar performance, melhorando a qualidade da gasolina e do diesel, visto que esses derivados não participam fortemente no cenário de exportação atual por não estarem dentro das especificidades exigidas, e com investimentos para aumentar a capacidade de refino. (AQUINO SOBRINHO, RAMALHO, SILVA, et al., 2011)

O COMPERJ teve como principais financiadores a Petrobras, o BNDES e o Grupo ULTRA, cujo investimento chegou, num primeiro momento, na escala de 20 bilhões de dólares somente para a sua construção<sup>4</sup>. Segundo estudo da Fundação Getúlio Vargas, trata-se, conforme mencionado, do principal empreendimento da história da Petrobras e deveria injetar R\$ 13 bilhões por ano na economia brasileira, sendo 84% no estado do Rio de Janeiro. Estado que, após a descoberta da camada pré-sal, nesse início de século, se torna o local de concentração da produção nacional desse recurso. Somente a Bacia de Campos reúne em seu território cerca de 85% da produção nacional. De acordo com a estimativa da FIRJAN, o Complexo atrairia para a região Leste Fluminense 724 indústrias do setor plástico, com a geração de 271 mil empregos diretos e indiretos.<sup>5</sup> Por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Estado jogou um papel essencial na indução do crescimento da economia do país neste período. O PAC, um dos principais programas dos governos petistas, teve sua primeira versão lançada em 2007 e a segunda em 2010. Na primeira versão do programa, ressaltava Zibech, os “principais investimentos se planejaram na área de infraestrutura” (ZIBECH, 2012:175). Dentre estes: “transmissão de energia elétrica e projetos de habitação [...] biocombustíveis, [...] construção de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias” (ZIBECH, 2012:175). Na segunda fase do programa, dois terços dos investimentos foram direcionados à geração de energia. (ZIBECH, 2012:176). Desses dois terços, a maior parte estava voltada para investimentos em petróleo e gás natural que como afirma o autor: “são basicamente os investimentos da Petrobras” (ZIBECH, 2012:176). Além disso, o programa previa a construção de 54 usinas hidrelétricas. Esses projetos, em sua grande maioria, não se realizam sem a geração de impactos sociais e ambientais que afetam brutalmente minorias étnicas e os segmentos da população mais pauperizados.

Segundo Alencar (2015), o projeto previa investimentos de US\$ 13,5 bilhões até o ano de 2015 e segundo a Petrobras a obra encontrava-se com cerca de 82% de avanço em fevereiro de 2015. O início de refino estava previsto para 2012<sup>6</sup> com capacidade de processamento inicial de 150 mil barris diários. As obras iniciaram no ano de 2008 com atividades de terraplanagem realizadas pelo Consórcio Terraplanagem Comperj (CTC) que contou com o emprego de cerca de 3.700 trabalhadores (LIMA, 2009).

Ressaltamos que o processo de contratação de trabalhadores para a construção do complexo, se dá por meio de licitações para a execução da obra. Neste caso, estão envolvidas empresas como Alusa, Queiroz Galvão, Camargo Correa, Delta, Toshiba, entre outras de

grande porte. Essas grandes empresas contratam mão-de-obra terceirizada, o que torna as condições e relações de trabalho precarizadas (ver em LIMA, 2013 p. 30).

As empresas contratantes procuraram priorizar o recrutamento de trabalhadores oriundos de outros estados da federação, sobretudo, da região Nordeste, os quais, em sua maioria, foram obrigados a se abrigar em alojamentos precários, nos quais dormiam, quase dez pessoas em beliches.

Localizado no município de Itaboraí, região metropolitana, o Comperj tem como municípios vizinhos: Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Nova Friburgo, Rio Bonito, São Gonçalo, Saquarema, Silva Jardim, Tanguá e Teresópolis. Estas, são as cidades consideradas como as mais próximas da área de impacto do empreendimento. O anúncio de instalação do Complexo provocou mudanças nas relações políticas entre as prefeituras dos municípios da região. Uma das mudanças mais importantes foi a criação, em janeiro de 2007, do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense (CONLESTE) que foi criado para planejar políticas conjuntas que incluem temas como saneamento, saúde, habitação, água, lixo, zoneamento urbano e transporte. Seu objetivo era a captação de recursos para minimizar os impactos sócios ambientais do complexo petroquímico, como também ordenar seu desenvolvimento urbanístico (CASADO, 2015).

A Petrobras criou medidas ambientais com base na justificativa de que serviriam para reduzir os impactos negativos do empreendimento. Cerca de 400 moradores foram capacitados pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP Innatus) para trabalharem no estudo de métodos, com vista à recuperação e incremento da ocupação florestal. A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) ficou responsável por desenvolver medidas para recuperar os espaços degradados na região do empreendimento.

O Comperj seria constituído de uma unidade petroquímica de refino de primeira geração, denominada de Unidade de Petroquímica Básica (UPB) com capacidade de refino diário, de até 150 mil barris de petróleo pesado produzido na Bacia de Campos, localizado no município de Campos dos Goytacazes. Estimava-se a produção de p-xileno, benxeno, propeno e eteno e um direcionamento de cerca de 40% de sua produção (produção da UPB) para o comércio interno e externo.

O Complexo seria formado também por um conjunto de unidades de segunda geração, as chamadas Unidades de Petroquímicas Associados (UPAs), que transformariam parte dos insumos petroquímicos em resinas termoplásticas, tais como o polietileno, propileno e poli

tereftalato de etila. A responsabilidade pelo fornecimento de água, vapor e energia elétrica, necessários para o funcionamento do complexo petroquímico, ficou com a Central de Utilidades (UTIL). A petrolífera brasileira estimava a geração de faturamento de US\$ 5,8 bilhões ao ano, advindos das vendas dos produtos da UPB e as das Unidades Petroquímicas Associadas (UPAs).<sup>7</sup>

Conforme mencionado, o projeto inicial do Comperj previa a instalação de uma refinaria (chamado de trem 1) e uma petroquímica, com refino de 150 mil barris diários de petróleo. Contudo, em 2011, ano em que o Comperj deveria iniciar suas atividades de refino, o ex diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto da Costa, em uma palestra no Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, apresentou mudanças no projeto inicial do complexo. Costa, afirmou que o adiamento da operação do complexo para 2013 era justificado pela renegociação dos contratos para reduzir os custos (LIMA, 2010).

Nessa primeira modificação, haveria a inclusão de mais uma refinaria (2º trem de refino) em virtude da crescente demanda de derivados, em 2011, que exigiria mais investimentos devido à expansão da capacidade de refino e da duplicação da refinaria para 330 mil barris por dia, além da expectativa de implantação do diesel (LIMA, 2010). A primeira refinaria do Comperj teve sua data de início adiada para 2013, enquanto a unidade de petroquímica ficou prevista para iniciar suas atividades em 2016 e a segunda refinaria, somente, em 2018. Inicialmente, o Complexo utilizaria o óleo pesado como matéria prima para fabricar produtos petroquímicos. Nessa primeira modificação do projeto, haveria a substituição do óleo pesado pelo gás natural advindo da área do pré-sal.

A Petrobras nessa primeira modificação do projeto do Comperj decidiu entregar toda a central petroquímica à empresa privada Braskem<sup>8</sup>, antes mesmo de ter sido definida a quantia de investimento da empresa no empreendimento (LIMA, 2011). Dessa maneira, o empreendimento foi privatizado, sem que tal medida viesse ao conhecimento público de maneira a evitar questionamentos e conflitos.

Segundo o diretor da Braskem, Carlos Fadiga, a empresa acionária do empreendimento em suas duas linhas de produção, de primeira e segunda geração, previa que o investimento tornar-se-ia mais atrativo com as mudanças no projeto: a produção da primeira geração do Comperj seria dividida em duas: uma delas funcionaria como refinaria pertencente à Petrobras, com o refinamento de 330 mil barris ao dia e a outra unidade faria uso da nafta advinda do refino, de modo a produzir a matéria prima petroquímica básica, nesta unidade haveria a sociedade entre a estatal e a Braskem<sup>9</sup>.

Entretanto, o que seria o projeto do megaempreendimento da indústria de óleo e gás com previsão de início de operação para 2016, passa a constituir-se apenas em uma refinaria. Para justificar essa alteração, Graça Foster, então presidente da Petrobras, afirmou que o baixo valor do gás natural nos EUA atinge negativamente a expansão da petroquímica brasileira. Segundo Torres, a possibilidade de encolhimento do COMPERJ foi discutida reservadamente na Petrobras e na cúpula do governo do Estado do Rio, que temia não alcançar a arrecadação prevista quando do lançamento do grande polo de atividades de refino e petroquímicas. Ainda, de acordo com o autor, uma das principais razões do pouco interesse do empresariado é a dificuldade de concorrer com a indústria sediada nos Estados Unidos dado que há “uma constatação de que o desenvolvimento da tecnologia de xisto ameaça inviabilizar projetos petroquímicos nacionais” (TORRES, 2012).

O gás de xisto é semelhante ao tradicional gás derivado do petróleo e é encontrado em pequenos pedaços de rochas. Atualmente, há nos EUA uma expansão da utilização deste gás, o que aumenta a sua demanda. A utilização do gás de xisto chega a suprimir cerca de um quarto das necessidades energéticas dos Estados Unidos. Além dos possíveis riscos de sua extração serem menos nefastos que a extração do petróleo tradicional (GERRY M., 2014).

Em 2015, a empresa Braskem anunciou a desistência em investimentos no Comperj. Seus investimentos foram direcionados para a Refinaria de Duque de Caxias (REDUC) com a justificativa de que seria mais lucrativo investir em um empreendimento já pronto<sup>10</sup> (JORDÃO, 2015).

As fraudes e a corrupção reveladas pela Operação Lava Jato, a queda do preço do barril de petróleo (vendido abaixo de US\$ 50), os prejuízos decorrentes da manutenção artificial do preço da gasolina e mais o aumento da produção de gás de xisto (mais barato que o gás natural) nos Estados Unidos levaram ao adiamento da construção do Complexo – com duas refinarias, uma unidade de processamento de gás natural e uma planta para produção de insumos petroquímicos.

De fato, a inauguração do complexo já vinha sendo, constantemente, adiada devido a : dificuldades de acesso para transporte de equipamentos, licenças ambientais impedidas devido à inviolabilidade dos espaços protegidos por manguezais na Baía de Guanabara, entre outros impactos ambientais<sup>11</sup>, como também, devido às manifestações dos trabalhadores contra as péssimas condições de trabalho e salário.

A deflagração, em 2014, da “Operação Lava Jato” agrega a estes fatores um forte empecilho à continuidade da obra<sup>12</sup>. Nesta operação foi evidenciado que os maiores contratos

das obras do Comperj eram destinados ao cartel de empreiteiras envolvidas em tal escândalo<sup>13</sup>, o que afetou a participação destas na continuidade da prestação de serviços nas obras do empreendimento, uma vez que não foi possível obter as renovações dos contratos. Tais empresas envolvidas com a operação se retiraram das obras, muitas outras não conseguiram cumprir seus contratos, justificando falência, devido à crise econômica que o país vem passando. Neste contexto, a Petrobras apertou o cerco quanto aos contratos e repasses.

Em 2014, a empresa Fidens Engenharia demitiu cerca de 80% de seu efetivo de 1200 operários sem o pagamento das indenizações (ANDRADE, 2014). A empresa ALUMINI demitiu, em março de 2015, cerca de 2500 trabalhadores, que estavam desde 2014 com seus salários atrasados. Ainda hoje, estes lutam na justiça para receberem seus direitos trabalhistas<sup>14</sup>. Em junho de 2015, as obras do Comperj foram quase que totalmente paralisadas. Segundo afirmação da direção da Petrobras, apenas a Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) teria continuidade, de modo a escoar o gás oriundo das reservas de pré-sal, com o início da operação adiado para 2017 (OLIVEIRA, 2015).

Em setembro de 2015, a única unidade com as obras em andamento (UPGN) teve suas obras paralisadas pelo consórcio QGIT formado pelas empresas: Tecna, Queiroz Galvão, e Iesa óleo e Gás, também investigadas na “Operação lava jato”. O consórcio, porém, imputou o motivo da paralisação de suas atividades à crise econômica, bem como, aos efeitos do câmbio, já que os equipamentos utilizados na obra eram oriundos da Índia. Este conjunto de fatores afetou o contrato com a Petrobras e a continuidade do projeto. Os empresários vinculados ao consorcio tentaram acordar com a Petrobras a reativação dos repasses para a continuidade do contrato, mas a proposta não foi aceita.

Contudo, vale salientar que o valor estipulado pelo consórcio QGIT durante assinatura do contrato correspondia quase ao valor necessário para que o consórcio concluísse a obra, como não houve a renovação do contrato<sup>15</sup>, o empresariado demitiu cerca de 800 trabalhadores (PITA, 2015).

Em 2015, a Petrobras entregou um documento ao Tribunal de Contas da União (TCU) no qual informa que o Comperj geraria um prejuízo de cerca de US\$14,3 bilhões para a estatal. O debate com o TCU é sobre qual a melhor opção: retomar o investimento no “trem 1” em 2019, para terminar a refinaria, ou abandonar o que já foi feito até agora nesta parte do projeto<sup>16</sup>. Neste debate, os técnicos da Petrobras argumentaram que a retomada da obra seria a

melhor solução, pois geraria um prejuízo de US\$ 14, 3 bilhões, enquanto que a desistência do projeto poderá gerar prejuízo de US\$ 17 bilhões. (CAGNI; BRESCIANI, 2015).

Este valor refere-se aos investimentos que não serão recuperados, em virtude dos gastos com a manutenção do empreendimento no período em que este encontra-se com suas obras, praticamente, paralisadas. Em dezembro de 2015, a Petrobras previa início de novas licitações para que se reiniciasse a construção da UPGN no primeiro semestre de 2016 (Ordoñez, 2015). Para o primeiro trem de refino a estatal buscava parceiros privados, para custear o investimento de US\$ 2,3 bilhões.

A crise capitalista e a crise político –institucional provocada pela descoberta da corrupção envolvendo a Petrobras e as empresas consorciadas, levaram o valor das ações da estatal a um enorme decréscimo.

Segundo GODEIRO,

O valor de “mercado” caiu de R\$ 380 bilhões em 2010 para R\$ 128 bilhões em 2014, uma queda de 200%, enquanto o valor patrimonial da empresa manteve-se entre 2010 e 2014 (GODEIRO, 2015).

Todavia, os trabalhadores são as principais vítimas desses acontecimentos. As demissões em massa atingiram milhares de trabalhadores, desde o ano de 2014<sup>17</sup>. Entretanto, essa terrível situação não foi enfrentada passivamente. Desde os primeiros anos da instalação do Complexo, os operários organizaram processos de resistência contra as empresas que obrigaram os trabalhadores a exercerem suas atividades laborais sem água, a terem que se alimentar de comida servida estragada e fora do prazo de validade. Nas inúmeras greves e manifestações foram denunciadas as péssimas condições de trabalho, de salários e o aumento da demissões .

Importante ressaltar que, praticamente, todas as mobilizações foram organizadas sem o aval da diretoria do sindicato, que é filiado à Central Única dos Trabalhadores. Em todos os momentos em que a diretoria do sindicato dirigiu-se à categoria para tentar construir acordos rebaixados com o patronato, os operários reagiram com profundo repúdio.

Ao nosso ver, a experiência compartilhada de profunda exploração e opressão estreitou laços de solidariedade entre os operários do COMPERJ, criou a inclinação para a mobilização coletiva e serviu para catalisar o descontentamento latente e para alimentar a organização das inúmeras paralisações de protesto.

Uma das manifestações que ficou para a história das lutas dos trabalhadores do Complexo ocorreu no dia 10 de fevereiro de 2015. Neste dia, os trabalhadores fecharam a ponte Rio-Niterói (Ponte Presidente Costa e Silva) e seguiram em passeata até a sede da Petrobras na cidade do Rio de Janeiro. Essa mobilização tinha como reivindicação o pagamento dos direitos trabalhistas aos funcionários demitidos e a reabertura das obras do COMPERJ.

Atualmente, parte dos demitidos integram o movimento social “SOS Emprego”, cujo objetivo é organizar trabalhadores desempregados para lutar por emprego. Este movimento participa das lutas gerais da classe trabalhadora e realiza manifestações por reivindicações específicas, como por exemplo, o ato de ocupação, em 2015, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), com cerca de 150 trabalhadores, que reivindicavam a volta das obras do COMPERJ e a readmissão dos trabalhadores que estavam desempregados.

## **Considerações Finais**

O Estado brasileiro tem historicamente atuado de forma decisiva para garantir a acumulação capitalista por meio de programas governamentais, muitas vezes mascarados sob a aparência de programas dirigidos para o desenvolvimento social.

O “neodesenvolvimentismo” é um programa muito menos ambicioso que seu predecessor, o desenvolvimentismo. De fato, trata-se de uma política de “desenvolvimento” possível dentro dos limites dados pelo modelo capitalista neoliberal. A grande burguesia interna, de mineração, construção civil, da indústria de transformação, do agronegócio foi a principal beneficiada por este modelo econômico, uma vez que teve seus interesses priorizados pelo Estado, em sua concorrência com o capital estrangeiro<sup>18</sup>.

A política de “novo desenvolvimento” no governo petista, voltou-se enfaticamente para os megaprojetos de “desenvolvimento” econômico e de infraestruturas, tais como: transmissão de energia elétrica (biocombustíveis), construção de rodovia, ferrovias, aeroportos, portos, hidrovias, projetos de habitação. Porém, com a desregulação de tais espaços, onde foram construídos tais empreendimentos, o setor privado usufruiu de uma maior liberdade para atuar, o que ocasionou profundos impactos socioambientais, conforme evidenciado na construção do Comperj .

É parte integrante deste modelo de desenvolvimento o incremento da contratação da força de trabalho, via terceirização. A otimização dos lucros do empresariado se deu , em especial, através de baixíssimos salários, altas e extenuantes jornadas de trabalho e pouco ou

nenhum investimento em melhoria das condições de trabalho. O desrespeito aos direitos dos trabalhadores os deixa à mercê dos golpes das empresas que fecham do dia para a noite, demitem em massa e não pagam as verbas rescisórias aos demitidos. No Brasil, a *empresa capitalista*, imersa na voraz concorrência do mercado mundial, assume como modo de consumo da força de trabalho, a *superexploração*, uma das características do modo de consolidação do capitalismo no país. Coexistem, assim, o uso de novas tecnologias e modernos métodos de gestão com o rebaixamento dos salários e a espoliação de benefícios trabalhistas.

Com efeito, a política adotada por esses governos conferiu ao Estado um novo papel na reorganização do capitalismo brasileiro. Sua atuação para reorientar a economia se deu, sobretudo, através do BNDES e dos fundos de pensão das empresas estatais. Para buscar enfrentar a crise econômica, lançaram mão de elementos de política econômica e social que, segundo Berringer e Boito (2013):

[...] estavam ausentes nas gestões de Fernando Henrique Cardoso: (i) políticas de recuperação do salário mínimo e de transferência de renda que aumentaram o poder aquisitivo das camadas mais pobres, isto é, daqueles que apresentam maior propensão ao consumo; (ii) elevação da dotação orçamentária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para financiamento da taxa de juro subsidiada das grandes empresas nacionais; (iii) política externa de apoio às grandes empresas brasileiras ou instaladas no Brasil para exportação de mercadorias de capitais (BERRINGER; BOITO, 2013)

Ainda segundo os autores, o governo Dilma, também, iniciou mudanças na política de juro e cambial, por meio da redução da taxa básica de juro e o *spread* bancário e interviu para desvalorizar o real, visando baratear o investimento produtivo a encarecer os produtos importados<sup>19</sup>. A aplicação dessa política provocou o aumento da tributação sobre a classe trabalhadora, contribuiu para o enriquecimento de uma minoria, por meio de investimentos em projetos financiados com recursos públicos, que acarretaram o aumento da dívida pública. Este conjunto de ações asseguraram as condições de manutenção da taxa de lucro, especialmente, em tempos de crise do capital.

O balanço do BNDES de 2010, confirma que se o apoio à privatização foi a marca do Banco na gestão de FHC, na era petista o BNDES retomou seu foco de agente de fomento a grandes grupos, como Petrobras, JBS/Friboi, Braskem, AmBev, Vale e às empresas de Eike Batista.

No tocante à indústria petrolífera, vale salientar que por ser o petróleo a principal fonte energética do mundo, este acaba por desencadear interesses e disputas pelas distintas

organizações capitalistas mundiais. Dessa forma, nos períodos de crise a disputa pelo petróleo se acirra, já que este é uma fonte de riqueza essencial e altamente lucrativa. A descoberta do pré-sal aguçou ainda mais a cobiça pela Petrobras, a qual a partir de tal descoberta passou a ser uma das principais responsáveis pela expansão das reservas mundiais de óleo cru<sup>20</sup>.

**O Comperj foi projetado visando posicionar o país como uma das potência mundial petrolíferas, o que fez aumentar ainda mais o interesse da grande burguesia interna na construção do megaempreendimento. Sua instalação foi assegurada com investimentos bilionários de ordem pública, que elevaram a dívida pública do Estado e com o investimento de parceiros. Todavia, os investimentos de tais parceiros não equivalem ao valor gasto com o dinheiro dos cofres público.**

O poder público, ao implantar o empreendimento, criou políticas que visavam reduzir os impactos sociais e ambientais que, todavia, não foram capazes de impedir as consequências socioambientais devastadoras, que atingem segmentos da classe trabalhadora, como o caso dos pescadores artesanais da Baía de Guanabara. em específico de Itambi<sup>21</sup>.

Diversos movimentos sociais denunciaram o nexos entre a dinâmica da acumulação capitalista e o padrão de espacialização dos problemas ambientais, que põe em tela a lógica perversa de um sistema de produção que, em nome do “progresso” econômico, concentra o ônus das políticas de desenvolvimento nos territórios ocupados por segmentos pauperizados da classe trabalhadora .

Os conflitos sociais e ambientais gerados pela construção do Comperj revelam o caráter perverso e destruidor do capital, que tem no Estado brasileiro e os governos seus principais aliados. Sua atuação dirige-se à regulamentação e financiamento dos megaempreendimentos e à difusão de justificativas ideológicas que buscam fazer crer que seus efeitos são necessários para o desenvolvimento social e o bem-comum. Os altos riscos derivados de empreendimentos audaciosos, como este, são absorvidos pelo estado ( ou mais precisamente pelo conjunto da classe trabalhadora) no compromisso de socialização das perdas, conforme analisa Mandel (Mandel,1982).

O crescimento econômico que o Brasil vivenciou durante os governos Lula/Dilma difere do crescimento econômico das décadas de 50 e 70 devido à redução do desemprego, a redução da miséria, do aumento na capacidade de consumo da classe trabalhadora e ao aumento do salário mínimo. Porém, é importante ressaltar que estas melhorias foram

acompanhadas por políticas sociais paliativas que contribuíram para que estes governos alcançassem o apoio popular.

A crise financeira e política no estado do Rio de Janeiro no últimos anos pode ser explicada, sobretudo, pela crise da indústria petrolífera, setor que corresponde diretamente a pelo menos 40% do PIB industrial do Rio de Janeiro, e indiretamente por até um terço do produto total do Estado. Em posição central no setor, a Petrobrás realizou retração de 27% no seu investimento nacional (do qual por volta da metade se dá no Estado do Rio) em 2016 em relação a 2015, acentuando a crise que vem desde 2014 sob o duplo impacto dos escândalos de corrupção e da queda acentuada do valor do barril de petróleo no mercado internacional (superior a 50% desde 2014). Com a queda do governo Dilma, o novo comando da empresa acentua estes desinvestimentos, com extenso programa de vendas de ativos e abrindo espaço para a entrada ainda maior de capitais internacionais. A crise na semi-estatal não se restringe somente às atividades extrativas, mas se propaga por todo o setor petroquímico, de construção naval e de construção civil, no qual o caso do Comperj é o mais exemplar.

## Referências bibliográficas

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecilia C.A. e BEZERRA, Gustavo N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond. 2009

AGÊNCIA ESTADO (Brasil). Mudança no Comperj indica redução do projeto original: Petrobras anunciou que irá incorporar as quatro subsidiárias criadas para abrigar seus negócios no investimento do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. **Brasil Econômico**. 15/06/2013. Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/2013-06-15/mudanca-no-comperj-indica-reducao-do-projeto-original.html>>. Acesso em: 11/07/2015.

ALENCAR, Emanuel. Comperj: Dilema petroquímico. **O GLOBO**, 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/infograficos/comperj/>>. Acesso em: 17/05/2015.

ANDRADE, Juliana. Comperj: trabalhadores demitidos receberão indenizações, diz sindicato. **EBC: Agência Brasil**. Rio de Janeiro, 03/04/2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-04/trabalhadores-demitidos-no-comperj-receberao-indenizacoes-com-apoio-do-mpt>>. Acesso em: 10/03/2016.

OLIVEIRA, Nielmar de. Após uma década futuro, do Comperj é incerto. **EBC: Agência Brasil**. Rio de Janeiro, 04/10/2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2015-10/apos-uma-decada-futuro-do-comperj-e-incerto>>. Acesso em: 10/03/2016.

AQUINO SOBRINHO, H. L.; RAMALHO, A.M. da Z.; SILVA, M.H. C.; et al. Design Gráfico da Malha de Compostos Orgânicos Voláteis utilizando Software CAD na Investigação de Passivo Ambiental em Um Posto Revendedor de Combustíveis em Natal/RN. 2011. Disponível em:

<http://www.portalabpg.org.br/PDPetro/7/publicacoes/repositorio/trabalhos/50560620052011788.pdf>> Acesso em: 07/01/2016.

BOITO, Armando Jr. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. In: Fórum Econômico da FGV, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>>. Acesso em: 20/10/2015.

BRASKEM (Brasil). **A nossa história**. Disponível em:

<<http://www.braskem.com.br/site.aspx/historico>>. Acesso em: 16/05/2015.

CAGNI, PATRÍCIA; BRESCIANI, EDUARDO. Comperj dará prejuízo de R\$ 45 bilhões à Petrobras: Entram no cálculo, entre outros fatores, investimentos feitos que não podem ser recuperados durante a paralisação do projeto. **Globo**. 07/04/2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/comperj-dara-prejuizo-de-45-bilhoes-petrobras-15799133>>.

Acesso em: 09/03/2016.

CASADO, Jose. Gastos bilionários e ocultos no Comperj: TCU constata que estatal escondeu de investidores e órgãos de fiscalização despesa de US\$ 8,1 bilhões. **O Globo**, 14/04/2015.

Caso lava jato: Entenda o caso. **MPF: combate a corrupção**. Disponível em: <<http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>>. Acesso em: 10/03/2016.

CASTELO, Rodrigo. **Subdesenvolvimento, capitalismo dependente e revolução**: Florestan Fernandes e a crítica da economia política desenvolvimentista. 2012. Disponível em: <<http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/11/R-C-Branco-FF.pdf>>. Acesso em: 28/12/2015.

Fundação Getúlio Vargas (FGV). **Comperj: Potencial de Desenvolvimento Produtivo**, in: Estudos para o Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, v. 1, maio de 2008. Sistema Firjan.

G1 RIO (Brasil, Rio de Janeiro). Empresa que faz obras do Comperj demite 2,5 mil funcionários no RJ: Alumini foi contratada pela Petrobras para construir Complexo Petroquímico. Operários não recebem salário desde dezembro. **G1**. 20/03/2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/03/empresa-que-faz-obras-do-comperj-demite-25-mil-funcionarios-no-rj.html>>. Acesso em: 09/03/2016.

GERRY, M. Você sabe o que é o gás de xisto?. Jusbrasil. 2014. Disponível em: <<http://gerry.jusbrasil.com.br/noticias/112210192/voce-sabe-o-que-e-gas-de-xisto>>. Acesso em: 23/03/2016.

GODEIRO, Nazareno. **A crise da Petrobras e o desafio da classe trabalhadora brasileira**: Uma campanha vil para desacreditar a Petrobras e privatizá-la. 2015. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/21514>>. Acesso em: 07/01/2016.

GONÇALVEZ, Reinaldo. Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado in: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 112, p. 2012.

JORDÃO, Priscila. Braskem desiste do projeto no Comperj. **EXAME.com**. 12/02/2015. 2015. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/braskem-desiste-de-projeto-no-comperj>>. Acesso em: 20/05/2015.

LIMA, Kelly. Entrada em operação do Comperj é adiada de novo: Novo prazo dado pela Petrobras é Setembro de 2013; previsão inicial era meados de 2011. **Estadão**, 06/03/2010. Disponível em: <<http://m.estadao.com.br/noticias/geral,entra-em-operacao-do-comperj-e-adiada-de-novo,520262>>. Acesso em: 16/05/2015.

\_\_\_\_\_. Petrobras suspende contrato de obras no Comperj. **VEJA.com**, 24/06/2009. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/agencias/ae/economia/detail/2009-07-24-469326.shtml>>. Acesso em: 19/05/2015.

LIMA, Rodrigo Campos Vieira. **As intervenções do Estado na economia brasileira: um estado de caso do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro**. In: Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro” GEPAL, de 10 a 13 de setembro de 2013. Disponível em: <[www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v3\\_rodrigo\\_GIV.pdf](http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v3_rodrigo_GIV.pdf)>. Acesso em: 14/02/2016.

MACEDO, Lírio. Operação Lava-Jato: Uma briga de tubarões: O que o escândalo de corrupção tem a ver com a atual fase do capitalismo e a crise econômica?. **PSTU**. São Paulo, 10/09/2015. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/21686>>. Acesso em: 08/03/2016.

MAIA, Patricia; CHAVES, Hernani Aquini Fernandes. Análise da indústria petrolífera e a importância dos biocombustíveis no cenário mundial. In: **6º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Petróleo e Gás**. Florianópolis SC. De 09 à 13 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://www.portalabpg.org.br/PDPetro/6/publicacoes/repositorio/trabalhos/11230911082011630.pdf>>. Acesso em: 29/05/2016.

MANDEL, E. O capitalismo tardio. São Paulo: Abril Cultural. 1982.

ORDOÑEZ, Ramona. Petrobras vai retomar as obras do Comperj em 2016: Projeto prevê unidade de gás natural e central de utilidades, com mais de 2,3 mil vagas. **O Globo**. 31/12/2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/petrobras-vai-retomar-as-obras-do-comperj-em-2016-18388574>>. Acesso em: 10/03/2016.

PINASSI, Maria Orlanda. (Neo)desenvolvimentismo ou luta de classes?. **O Diário.info**. 09/01/2013. Disponível em: <[http:// http://www.odiarario.info/?p=2735](http://http://www.odiarario.info/?p=2735)>. Acesso em: 29/05/2016.

PITA, Antonio. Obras do Comperj param e mais 800 são demitidos: Consórcio responsável pela construção da unidade de processamento de gás argumenta que a crise econômica e câmbio inviabilizaram o contrato. **Estadão**. São Paulo, 24/09/2015. Disponível

em:<<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,obra-do-comperj-para-e-mais-800-sao-demitidos,1770765>>. Acesso em: 10/03/2016.

TORRES, Sergio. Maior projeto da Petrobras e destaque do PAC, Comperj deve encolher. **Estadão**. 17/09/2012. Disponível em:<<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,maior-projeto-da-petrobras-e-destaque-do-pac-comperj-deve-encolher-imp-,931580>>. Acesso em: 30/04/2015.

ZIBECHI, R. **Brasil potência:** entre a integração regional e um novo imperialismo. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

## NOTAS

---

<sup>1</sup>O Eldorado é uma lenda indiana sobre uma cidade repleta de ouro que atraiu o interesse de colonizadores espanhóis.

<sup>2</sup>Vide a respeito em CASADO, 2008.

<sup>3</sup> Disponível em: [http://www.inea.rj.gov.br/downloads/ata\\_audiencia\\_estrada\\_COMPERJ.pdf](http://www.inea.rj.gov.br/downloads/ata_audiencia_estrada_COMPERJ.pdf)

<sup>4</sup>Ver em "As intervenções do Estado na economia brasileira: um estudo de caso do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro", de Rodrigo Campos Vieira Lima.

<sup>5</sup>A FIRJAM é uma federação que tem como objetivo de desenvolver a competitividade das empresas, e busca isso através de pesquisas, estudos, de modo a orientar os empresários ou governantes sobre as medidas que trazem melhor rentabilidade e fortalecimento de seu capital. <<http://www.firjan.com.br/firjan/default.htm>>

<sup>6</sup> Como informa Casado (2015)

<sup>7</sup>Como afirma a FIRJAN (2008).

<sup>8</sup> Em 2001, a Odebrecht adquiriu o controle acionário da Companhia Petroquímica do Nordeste (Copene), central de matérias-primas do Polo de Camaçari, em parceria com o Grupo Mariani. Um ano mais tarde, a integração dos ativos dos controladores no setor – OPP, Trikem, Polialden, Nitrocarbono e Proppet, além da Copene resultou na criação da Braskem, transformando-a na maior petroquímica da América Latina.

<sup>9</sup>Agência Estado (2013).

<sup>10</sup>A Braskem era sócia majoritária do Comperj, embora não tenha feito grandes investimentos no empreendimento.

<sup>11</sup> A Missão “Indústria do Petróleo e Conflitos Ambientais na Baía de Guanabara: o caso do Comperj”, realizada nos meses de dezembro de 2012 e fevereiro de 2013 pela Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente da Plataforma Dhesca - Brasil investigou as seguintes denúncias: Descumprimento da legislação ambiental e das leis e mecanismos infraconstitucionais que com ela se relacionam direta e indiretamente; Riscos e danos ambientais aos ecossistemas e à biodiversidade provocados ou agravados pelo Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj); Violações dos direitos individuais e coletivos de pescadores e pescadoras artesanais que vivem no entorno da Baía de Guanabara (BG); Violações dos direitos de um significativo contingente populacional do estado do Rio de Janeiro, impactando as condições socioambientais do Brasil, dada a importância econômica, política, cultural e simbólica deste estado e da própria Baía de Guanabara.

<sup>12</sup>A operação “lava jato” envolve um grandioso esquema de desvio e lavagem de dinheiro por parte de grandes empreiteiras e políticos. Ver em: <<http://lavajato.mpf.mp/entenda-o-caso>>. Acesso em: 03/02/2016.

<sup>13</sup> O primeiro grande contrato para a execução de obras do empreendimento foi assinado com o Consórcio Terraplanagem Comperj (CTC), formado pela Andrade Gutierrez/Odebrecht/Queiroz Galvão.

<sup>14</sup> Segundo o site G1 RIO.

<sup>15</sup> Segundo o jornal online CITY: Cidade (2015).

<sup>16</sup> Ver em: <https://oglobo.globo.com/brasil/comperj-dara-prejuizo-de-45-bilhoes-petrobras-15799133#ixzz4iUCzLZHK.9>

<sup>17</sup> As demissões ocorreram nas 23 empreiteiras investigadas pela Operação Lava Jato e em outras empreiteiras menores que trabalham em obras complementares. A maioria das demissões acontece sem pagamento das rescisões de contrato de trabalho. Além disso, as empresas menores não têm bens ou créditos a serem arrestados pelos trabalhadores na Justiça do Trabalho, “ficando somente a alternativa da solidariedade da Petrobras como contratadora principal dos trabalhos realizados por estes trabalhadores”, afirma Wilmar Gomes dos Santos, presidente da – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES CELETISTAS NAS COOPERATIVAS NO BRASIL (Fenatracop)

<sup>18</sup> Como afirma Boito (2012).

<sup>19</sup> Ver em BERRINGER; BOITO, 2013.

<sup>20</sup> Ressaltamos que quase 50% do capital social da empresa foi privatizado e a maior parte deste controle encontra-se sob o domínio do capital financeiro internacional.

<sup>21</sup> “Está se matando não só um ecossistema, mas aquela que vivem do ecossistema, que são os pescadores.

Alguns são mortos por depressão, outros mortos a bala” (ALEXANDRE ANDERSON presidente da AHOMAR apud LIMA 2013 p. 29).